

Senado adia teste de paternidade gratuito

CEDOC

VOTAÇÃO DE PROJETO QUE GARANTE A GRATUIDADE DO EXAME DE DNA NÃO ACONTECEU ONTEM

Nelza Cristina

Quem espera uma decisão do Senado para realizar o exame de DNA que comprova paternidade terá de aguardar um pouco mais. A votação do projeto que garante a gratuidade do exame para pessoas de baixa renda, prevista para ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi adiada e uma definição sobre sua tramitação só deverá ocorrer na terça-feira.

O relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), solicitou que o assunto volte a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que haja uma definição sobre quem deverá pagar pelo exame. O projeto estabelece a gratuidade, mas não determina que o governo arque com o seu custo.

Dependendo da resposta da CAE, sobre se voltará a analisar ou não o projeto, é que serão decididos os próximos passos. O assunto pode voltar à pauta da CCJ ou ir para plenário.

O relator, apesar de favorável à proposta, quer uma definição quanto ao custo e pagamento antes de colocá-la em votação.

No Distrito Federal, o exame de reconhecimento de paternidade (DNA) é feito gratuitamente desde junho de 1996, conforme estabele-



SEBASTIÃO Rocha, relator do projeto: definição sobre custos

cido por lei distrital de autoria da deputada Lúcia Carvalho (PT).

O interessado deve entrar com um processo de investigação de paternidade em qualquer Vara de Família e comprovar não ter condições de pagar pelo exame, que custa nos laboratórios particulares em torno de R\$ 500.

O problema é que, como a procura é muito grande, a espera pode ser de até três anos, em média.

Hyung Il Pak, médico assistente da Divisão de Pesquisa de DNA Forense, da Polícia Civil, diz que 1.300 pessoas aguardam pelo exame no DF. Em média, a divisão realiza 20 exames por mês.

O projeto em análise na

CCJ estende a gratuidade, implantada de forma pioneira no DF, para todo o País. A proposta, originada na Câmara dos Deputados, altera a lei de assistência judiciária aos necessitados.

Seu objetivo é isentar do pagamento do exame aqueles que não possam pagá-lo sem prejudicar o sustento da família.

Vários parlamentares se manifestaram ontem na CCJ a favor da proposta e defendendo que o governo assumira o pagamento dos exames. A consulta à CAE, entretanto, é considerada importante para que seja dimensionado seu impacto financeiro, sempre lembrando que a concessão do benefício depende de decisão da Justiça.